

# **Resolução de Questões**

## **Concurso de Juiz Federal Substituto – TRF/1ª REGIÃO**

**Thiago Borges**

**Advogado e Professor**

***E-mail:* [thiagocarvalhoborges@gmail.com](mailto:thiagocarvalhoborges@gmail.com)**

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

1. Acerca dos contratos internacionais, da arbitragem como método de solução alternativa de controvérsias e dos procedimentos previstos na Convenção de Nova Iorque sobre a prestação de alimentos no estrangeiro, assinale a opção correta.

- a) Denomina-se imperativa a disposição que impede as partes de, ao celebrarem contrato em um país, para nele ser cumprido, incluir regras contratuais que confrontem as leis desse país.
- b) É competente para receber e julgar as ações de cobrança de alimentos no estrangeiro o juízo federal da capital da unidade federativa em que reside o credor, sendo considerada autoridade remetente e instituição intermediária a AGU.
- c) Na execução das cartas rogatórias para a cobrança de alimentos no estrangeiro, admite-se, de acordo com a Convenção de Nova Iorque, o reembolso de taxas ou despesas, além da cobrança dos demandantes estrangeiros ou não residentes de caução ou de qualquer outro pagamento ou depósito para garantir a cobertura das despesas.
- d) O que define a natureza do contrato (nacional ou internacional) é a nacionalidade das partes celebrantes; assim, considera-se internacional o contrato em que as partes têm nacionalidades diversas, fenômeno denominado estraneidade.
- e) Para ser executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita a prévia homologação do STF.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

2. Considerando a legislação brasileira relativa à competência jurisdicional nas relações jurídicas com elemento estrangeiro, as cartas rogatórias e a homologação de sentenças estrangeiras, assinale a opção correta.

- a) Tanto a autoridade judiciária brasileira quanto a autoridade do país de origem do autor da herança, se este for estrangeiro, têm competência para proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil.
- b) A homologação de sentença estrangeira no Brasil, cuja natureza é jurisdicional, pode ser concedida a sentença de qualquer natureza, com exceção das que sejam meramente declaratórias do estado das pessoas.
- c) A carta rogatória obedecerá, quanto à admissibilidade e ao modo de cumprimento, ao disposto na legislação brasileira, devendo necessariamente ser remetida aos juízes ou tribunais estrangeiros por contato direto entre as autoridades judiciárias dos Estados envolvidos.
- d) Não conhecendo a lei estrangeira, o juiz brasileiro não pode exigir da parte que a invoque o fornecimento de prova do seu texto e vigência, mas, sim, solicitar às autoridades de outro Estado os elementos de prova ou informação sobre o texto, sentido e alcance legal de seu direito.
- e) A competência jurisdicional brasileira é territorial-relativa e incide sobre o estrangeiro domiciliado no país, sendo competente também o juiz brasileiro quando a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil e quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no território nacional.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

3. Os elementos de conexão brasileiros constituem parte da norma do direito internacional privado que determina o ordenamento jurídico a ser aplicado a determinada causa. Assinale a opção correspondente à correta correlação entre fato(s) jurídico(s) e elemento de conexão na Lei de Introdução do Código Civil.

- a) situação do regime de bens — nacionalidade dos cônjuges
- b) qualificação e regulação das obrigações — domicílio dos contratantes
- c) formalidades de celebração e impedimentos do casamento — nacionalidade dos nubentes
- d) personalidade e capacidade — domicílio da pessoa
- e) penhor — local do bem

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

4. A arbitragem constitui-se em método previsto no direito internacional e no direito brasileiro para a resolução de controvérsias. A legislação brasileira que trata da arbitragem foi elaborada tendo como parâmetro o modelo de arbitragem internacional das Nações Unidas. Assinale a opção correta, tendo como parâmetro a lei que regula, no Brasil, a arbitragem (Lei n.º 9.307/1996).

- a) A escolha dos árbitros é feita pelo magistrado da causa.
- b) A sentença arbitral não está sujeita à homologação do Poder Judiciário para surtir efeitos entre as partes.
- c) Qualquer matéria está sujeita à arbitragem no Brasil.
- d) O árbitro é escolhido entre os magistrados de carreira da comarca onde a contenda surgir.
- e) A arbitragem pode ser compulsória, nos casos previstos em lei.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

5. Situação I: Bernardo, juiz federal, recebeu carta rogatória da França para ouvir o depoimento de testemunha brasileira de roubo ocorrido em Paris.

Situação II: Michelle, juíza francesa, recebeu carta rogatória do Brasil para citar Manoel, brasileiro residente em Paris, em processo de divórcio em curso no Brasil.

Sabendo que o magistrado nacional pode aplicar direito estrangeiro quando executar sentença estrangeira ou quando cumprir carta rogatória, assinale a opção correta acerca das situações hipotéticas apresentadas acima.

- a) Na primeira situação, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória ativa.
- b) Em ambas as situações, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória passiva.
- c) Na segunda situação, perante a justiça brasileira, a hipótese é de carta rogatória passiva.
- d) Na primeira situação, perante a justiça francesa, a hipótese é de carta rogatória ativa.
- e) Na segunda situação, perante a justiça francesa, a hipótese é de carta rogatória ativa.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

6. Carlos, argentino, residente no Brasil, obteve laudo arbitral proferido pelo Uruguai, condenando Mendes, paraguaio residente no Brasil, ao pagamento de R\$ 10.000,00.

Com relação a essa situação hipotética e considerando os princípios básicos da cooperação e assistência jurisdicional que regem o MERCOSUL, organização internacional com personalidade jurídica própria e objetivos específicos, bem como o que dispõe o Protocolo de Las Leñas, documento básico de cooperação e assistência jurisdicional entre os países integrantes do MERCOSUL, assinale a opção correta.

- a) O litígio em questão deve ser resolvido entre o Uruguai e o Paraguai, não podendo ser trazido para o Brasil.
- b) Laudo arbitral homologado é título não executável no Brasil, óbice que não existiria caso se tratasse de sentença homologada.
- c) Após a homologação do referido laudo, Carlos poderá cobrar a dívida no Brasil.
- d) O Protocolo de Las Leñas não prevê situações como a descrita na hipótese.
- e) Sem a devida homologação pelo STF, o citado laudo arbitral não tem valor jurídico no Brasil.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

7. Em contratos internacionais, inter-relacionam-se vários sistemas jurídicos; por isso, tais contratos são caracterizados por meio de cláusulas típicas e de uma linguagem comum estabelecida pela Câmara Internacional do Comércio, sendo uma das formas de padronização desses contratos denominada INCOTERMS 1990 (International Rules for Interpretation of Trade Terms). Com base nessa padronização, assinale a opção correta acerca dos contratos de compra e venda internacional.

- a) FOB (free on board) é o contrato que prevê que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias quando estas estiverem a caminho, ou seja, no momento do embarque no navio no porto de origem.
- b) No contrato CFR (cost and freight), prevê-se que o comprador pague os custos e o frete necessários para trazer as mercadorias ao porto de destino.
- c) No contrato do tipo CIF (cost, insurance and freight), prevê-se que o comprador pague os custos, o frete e o seguro necessários para o transporte das mercadorias ao porto de destino.
- d) Em contratos EXW (ex works), está previsto que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias quando estas estiverem prontas e disponíveis para o comprador no estabelecimento do vendedor.
- e) O contrato FCA (free carrier) prevê que o vendedor cumpra a obrigação de entregar as mercadorias antes da liberação para exportação, cujos custos devem ser assumidos pelo comprador.



## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

8. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, aos bens móveis que o proprietário trazer ao país ou àqueles que se destinarem a transporte para outros lugares aplicar-se-á a lei

- a) do país que tiver regido a última transmissão de propriedade.
- b) de nacionalidade do possuidor de boa-fé.
- c) mais favorável ao adquirente.
- d) do país em que estiverem situados.
- e) de domicílio do proprietário.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

9. Assinale a opção correta no que se refere à Convenção de Nova Iorque sobre a prestação de alimentos no estrangeiro.

- a) A convenção estabelece a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos para resolver controvérsias sobre sua interpretação e aplicação.
- b) A invocação de suas disposições por um Estado-parte contra outro Estado-parte somente será possível se o estado invocativo estiver obrigado pela convenção.
- c) A formulação de reservas é vedada pela convenção.
- d) A convenção veda a adesão.
- e) A convenção não se aplica aos pedidos de modificação das decisões judiciais sobre prestação de alimentos.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2013

10. A respeito da incorporação do direito internacional ao direito brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A casa iniciadora, no que diz respeito a projetos de decreto legislativo de aprovação de tratados, é o Senado Federal.
- b) A ratificação de tratado pelo presidente da República é ato discricionário.
- c) Diferentemente dos tratados-lei, tratados-contrato não necessitam de aprovação do Congresso Nacional para passar a integrar o ordenamento jurídico nacional.
- d) Tratados de direitos humanos ratificados antes ou depois da CF incorporam-se ao direito pátrio com força de emenda constitucional.
- e) É proibido ao Congresso Nacional aprovar os tratados com ressalvas.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2013

11. Acerca da imunidade de jurisdição estatal, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, a imunidade de jurisdição, assim como a imunidade de execução, é absoluta para todas as matérias.
- b) O STF tem competência para julgar, em única e última instância, casos que envolvam a aplicação desse tipo de imunidade.
- c) A Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e de sua Propriedade não está em vigor, pois ainda não foi ratificada por, no mínimo, trinta Estados.
- d) A aplicação do princípio par in parem no habet judicium, hoje aplicado a Estados, iniciou-se na prática das organizações internacionais.
- e) A Corte Internacional de Justiça entende que esse tipo de imunidade não é aplicável em casos de violações a direitos humanos, como, por exemplo, aqueles que envolvam trabalhos forçados.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2013

12. À luz da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinale a opção correta no que se diz respeito à navegação aérea.

- a) Para efeito de delimitação do espaço aéreo, considera-se território do Estado sua zona contígua.
- b) A convenção em apreço aplica-se a aeronaves civis e, excepcionalmente, a aeronaves de propriedade do governo usadas para fins alfandegários.
- c) No caso de a aeronave de um Estado sofrer acidente em território de outro Estado, ocasionando a morte de passageiros, ao Estado de registro será oferecido designar observadores para assistirem às investigações.
- d) Admite-se o registro duplo para aeronaves comerciais que façam rotas internacionais periódicas entre dois Estados.
- e) As aeronaves terão a mesma nacionalidade da pessoa física ou jurídica que as tiver registrado.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2013

13. Conforme previsão no direito brasileiro, será passível de deportação o estrangeiro que

- a) atentar contra a ordem política ou social.
- b) entrar irregularmente no país e não se retirar voluntariamente do território nacional.
- c) entregar-se à vadiagem.
- d) atentar contra a economia popular.
- e) entregar-se à mendicância.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2013

14. Com relação aos crimes de competência do TPI, assinale a opção correta.

- a) A transferência, à força, de crianças de um grupo religioso para outro é classificada como crime contra a humanidade.
- b) O TPI pode exercer jurisdição sobre o Estado como um todo apenas em caso de crime de agressão.
- c) O crime de apartheid é praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo racial sobre um ou mais grupos nacionais e com a intenção de manter esse regime.
- d) O TPI não tem jurisdição em relação aos crimes de guerra cometidos em conflitos armados não internacionais se não existir declaração formal de guerra.
- e) As normas costumeiras sobre crimes de guerra somente podem ser base para o julgamento do TPI se estiverem codificadas em tratados.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

### 15. A aplicação provisória de tratados

- a) somente termina com a anuência de todos os Estados-partes.
- b) é disciplinada por artigo da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, o qual é objeto de reserva por parte do Brasil.
- c) é possível, em alguns casos, consoante a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, após a entrada em vigor do tratado.
- d) somente é permitida em relação a todo o texto do tratado.
- e) deve ser expressamente prevista no tratado.



## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

16. Assinale a opção correta relativamente aos mecanismos de implementação dos direitos humanos no plano internacional.

- a) A Corte Europeia de Direitos Humanos julga exclusivamente demandas de indivíduos contra Estados.
- b) Na atualidade, existem apenas duas cortes regionais em funcionamento: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos.
- c) A comissão Europeia de Direitos Humanos é um órgão de conciliação e mediação do sistema europeu de proteção.
- d) A Corte Europeia de Direitos Humanos dispõe de competência consultiva.
- e) Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos são passíveis de recurso à Corte Internacional de Justiça.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

17. A respeito de imunidade de jurisdição e execução do Estado estrangeiro no Brasil, assinale a opção correta.

- a) A execução de bens de Estados estrangeiros somente é possível no caso de expressa renúncia por parte do executado.
- b) O Brasil é parte na Convenção sobre Imunidade de Jurisdição entre países do MERCOSUL.
- c) Estados diretamente envolvidos com atividade terrorista comprovada por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas não gozam de imunidade de jurisdição.
- d) As regras costumeiras sobre imunidade dos Estados reconhecidas pelo Brasil aplicam-se também às organizações internacionais.
- e) A imunidade de jurisdição é absoluta no Brasil para casos que envolvam reclamações trabalhistas.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

18. Assinale a opção correspondente a entidade à qual cabe solicitar pareceres consultivos à Corte Internacional de Justiça, desde que autorizado pela Assembleia-Geral da ONU.

- a) Organização Mundial da Saúde
- b) tribunal constitucional de Estados
- c) parlamento de Estados
- d) tribunal internacional especializado
- e) Comitê Internacional da Cruz Vermelha

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

19. Com relação ao disposto no Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, assinale a opção correta.

- a) Esse tratado acrescenta dispositivos ao Protocolo de Brasília, em conformidade com o qual deve ser interpretado.
- b) O Tribunal Permanente de Revisão, previsto nesse acordo, é composto por dez árbitros, devendo cada um dos Estados-parte escolher dois deles e dois ser nomeados de comum acordo.
- c) Segundo esse tratado, os Estados-parte é permitido recorrer, de comum acordo, diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão, sem a necessidade de recurso prévio a tribunal arbitral ad hoc.
- d) Nesse protocolo, é vedado, assim como na Corte Internacional de Justiça, o uso por particulares do mecanismo de solução de controvérsias.
- e) Nesse acordo, é expressamente proibida a possibilidade de denúncia.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

20. Com base na jurisprudência do STJ sobre a homologação de sentenças estrangeiras no Brasil, assinale a opção correta.

- a) A pendência de julgamento, no Brasil, de apelação contra sentença proferida em ação na qual se discutam alimentos dos filhos dos ex-cônjuges impede a homologação de sentença estrangeira com o mesmo objeto.
- b) Ainda quando encaminhada por via diplomática, a sentença estrangeira deve ser autenticada pela autoridade consular brasileira.
- c) O ajuizamento de ação de revisão de alimentos no Brasil inviabiliza o processamento do pedido de homologação de sentença estrangeira relativa ao tema.
- d) É autorizada a homologação de sentença estrangeira que, ao decretar o divórcio, convalida acordo celebrado pelos excônjuges quanto à partilha de bens situados no Brasil.
- e) O inadimplemento de obrigações decorrentes da sentença estrangeira impede sua homologação no Brasil.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

21. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a capacidade para suceder é regulada pela lei

- a) de nacionalidade do herdeiro ou legatário.
- b) de domicílio do herdeiro ou legatário.
- c) em que se encontra o herdeiro ou legatário.
- d) de nacionalidade do de cujus.
- e) do último domicílio do de cujus.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

22. No que se refere ao Tribunal Penal Internacional, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o Estatuto de Roma, esse tribunal tem competência expressa para julgar o terrorismo como crime contra a humanidade.
- b) As línguas de trabalho, nesse tribunal, são o inglês e o francês.
- c) Trata-se de organismo especializado da ONU.
- d) De acordo com o que prevê o Estatuto de Roma, esse tribunal pode decidir pela pena de morte em casos graves.
- e) Essa corte começou a funcionar em 1998, com a conclusão do Estatuto de Roma.

## Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 3.ª REGIÃO/2011

23. Conforme a jurisprudência do STF, tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional n.º 45/2003 possuem, no direito brasileiro, status hierárquico

- a) supraconstitucional.
- b) constitucional originário.
- c) constitucional derivado.
- d) supralegal.
- e) legal.